

## DIREITOS SEXUAIS E RELIGIÃO: DE QUE “LADO” ESTÃO AS CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR?

Marcela Franco Fossey (Unicamp, FAPESP)

### INTRODUÇÃO

O tema da educação sexual vem adquirindo cada vez mais importância na sociedade brasileira nas últimas duas décadas. Em especial, três fatores relacionados às práticas sexuais dos indivíduos têm papel relevante neste cenário: a explosão, em meados da década de 80 do século passado, de casos de AIDS; a disseminação da idéia de controle de natalidade como uma forma de melhorar a qualidade de vida das populações do mundo, especialmente aquelas situadas em regiões menos desenvolvidas economicamente; e o início precoce da vida sexual e o aumento do número de adolescentes grávidas. Diante deste conjunto de fatores, uma vasta produção textual-discursiva passou a circular em nossa sociedade com o objetivo de instruir os sujeitos a respeito de como deve ser uma conduta sexual sadia. Dentro da diversidade de posicionamentos discursivos em relação a esta temática, há pelo menos dois bastante delimitados: (i) aquele que está associado ao *Estado*, e que divulga noções como as de sexo seguro, gravidez planejada e direitos sexuais e reprodutivos, seguindo diretrizes produzidas por organizações mundiais como OMS e ONU; (ii) aquele que está associado à *Igreja Católica*, que também faz circular documentos que tratam da sexualidade humana, porém de outra perspectiva. Idéias como as de sexo seguro ou de contracepção são duramente criticadas pela Igreja, que propõe outras condutas para que as pessoas vivam sua sexualidade de maneira adequada. Em geral, os textos católicos concentram-se em disseminar os valores cristãos, reiterando a importância do matrimônio, da castidade, da abstinência sexual fora do casamento, da fidelidade dentro do casamento e do respeito à vida em todas as suas formas.

Em relação à prática do aborto, esses posicionamentos – que denomino de *laico* e de *cristão* – têm postura também divergentes. Por um lado, o Estado, embora ainda a considere uma prática ilegal em quase todas as circunstâncias (com exceção dos casos em que há risco de vida para a gestante e em que a gestação é decorrente de violência sexual), tem mostrado interesse na ampliação das possibilidades de aborto legal. Como exemplo, podemos citar a iniciativa do Supremo Tribunal Federal de discutir, em setembro passado, a possibilidade de interrupção da gravidez sem autorização judicial prévia em casos de anencefalia. Por outro lado, a Igreja condena o aborto em qualquer circunstância, por considerá-lo um atentado à vida. Desta perspectiva, o aborto é um crime contra a vida de um inocente (o feto) e que reflete uma postura hedonista e irresponsável de quem o pratica (tanto a mulher quanto o médico) e de quem o defende. Neste *espaço discursivo* (Maingueneau, 1984), em que se encontram, pelo menos, os dois posicionamentos descritos acima, onde “alocar” um grupo como as *Católicas pelo Direito de Decidir* (CDD)? As CDD são uma entidade feminista, que existe, no Brasil, desde 1993 e que, a partir de suas ações, “promove os direitos das mulheres (especialmente os sexuais e os reprodutivos) e luta pela igualdade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres”. Dentre seus objetivos, está o de “aprofundar o debate em relação à interrupção voluntária da gravidez, ampliando a discussão em seus aspectos éticos, médicos e legais e lutar pela descriminalização e legalização do aborto”<sup>1</sup>.

Se, em princípio, é possível pensar que se trata de um grupo cujo discurso está em consonância com o discurso da Igreja, um breve contato com o material produzido pela entidade permite perceber que se trata de um grupo que diz coisas que estão muito mais de acordo com aquilo que se diz a partir do posicionamento laico, mas que, no entanto, não deixa de se denominar católico. De fato, materiais deste tipo parecem nos apontar para as interseções existentes entre diferentes posicionamentos discursivos e para o fato de que “a sociedade está

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do site oficial da entidade <http://catolicasonline.org.br/QuemSomos.aspx>.

permeada de conjuntos de palavras que, embora não tenham um lugar determinado, são mobilizadoras” (Maingueneau, 2006: 24).

Tendo em vista este cenário conflituoso, em que estão em jogo as identidades associadas tanto aos grupos quanto aos posicionamentos aqui enfocados, o objetivo deste trabalho é refletir, ainda que brevemente, sobre o funcionamento das unidades de análise reivindicadas pela Análise do Discurso e verificar, em que medida, essas unidades se constituem em espaços estáveis de produção de sentidos.

## 1. CONTRADIÇÃO OU HETEROGENEIDADE?

Em decorrência de fatores como os citados acima, vivemos em um mundo em que educar as pessoas para exercerem sua sexualidade *de modo positivo* tem se tornado quase uma necessidade evidente. Um texto que, muito provavelmente, condensa os muitos significados associados à educação sexual é a *Declaração dos Direitos Sexuais*, elaborado e aprovado no XIII Congresso Mundial de Sexologia, em Valência, em 1997, e ratificado durante XIV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Hong Kong, em 1999. A *Declaração dos Direitos Sexuais* define uma série de valores e condutas relativas à sexualidade humana que devem ser respeitados, partindo da premissa de que “os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na liberdade inerente, dignidade e igualdade para todos os seres humanos”. Nela, podemos observar que a sexualidade é caracterizada como uma necessidade humana básica, que tem reflexos na personalidade de todo indivíduo e que tem papel essencial para o bem-estar “individual, interpessoal e social”. O sexo é, desta perspectiva, algo a ser tratado no âmbito dos direitos fundamentais, sendo dever do Estado oferecer condições de *exercício pleno da sexualidade* a todos os indivíduos. Para tanto, entende-se que é preciso garantir uma sociedade livre da violência sexual – como preconceitos e violência a que são submetidos mulheres e homossexuais, por exemplo – mas também o acesso à saúde sexual e a escolhas reprodutivas baseadas em um conhecimento formalmente adquirido.

No contexto nacional brasileiro, diversas ações governamentais estão em andamento. Ligados ao Ministério da Saúde, há dois programas importantes: o *Programa Nacional de DST e AIDS*, fundado em 1986, e o *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher*, fundado também em 1984. Ambos produzem e fazem circular uma ampla gama de materiais educativos, voltados para diferentes públicos, como panfletos, vídeos que são transmitidos na TV aberta, cartilhas, etc. Além disso, preservativos masculinos e métodos anticoncepcionais (inclusive os de emergência) são entregues ao longo de todo o ano nos postos de saúde.

No campo da educação nas escolas, o Ministério da Educação determinou a introdução do programa de educação sexual no currículo escolar a partir da elaboração dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, em 1997.

No entanto, ainda que essas ações tenham respaldo absoluto de instituições detentoras de forte credibilidade em uma sociedade como a nossa – como ONU, OMS, Unicef, entre outras – elas encontram forte oposição de outras instituições sociais. Nesta arena discursiva, há, pelo menos, dois enunciadores típicos: o laico, que defende o direito e o dever do Estado de oferecer condições plenas de exercício da sexualidade, e o cristão, representado, neste trabalho, especificamente pela Igreja Católica Apostólica Romana, que entende que o único caminho eficaz para uma sociedade mais saudável é a retomada e exercício de um estilo de vida tipicamente católico. Para esses enunciadores, a atuação do Estado é uma violência à liberdade dos pais e uma forma banalizada de lidar com a vida sexual, uma vez que exclui valores como a fidelidade no casamento e a abstinência sexual fora do casamento e inclui o incentivo à promiscuidade sexual, uma vez que aprova o sexo em quaisquer circunstâncias, desde que com camisinha, promovendo nos indivíduos uma mentalidade hedonista contrária aos princípios morais e cristãos da sociedade.

Em relação à prática do aborto, esses enunciadores também divergem entre si. Por um lado, defende-se que o feto é uma individualidade e uma vida criada por Deus no momento da concepção, e que não cabe a mulher decidir pela manutenção ou não desta vida que não lhe pertence. Deste entendimento resulta a avaliação do aborto como assassinato, massacre,

eliminação de uma pessoa inocente – termos comumente utilizados para se referir ao aborto nos textos cristãos. Por sua vez, a luta pelo aborto legal, seguro e acessível tem sido uma das bandeiras daqueles que se encontram “do outro lado” desta arena. Os argumentos que mais freqüentemente justificam a legalização do aborto é o direito das mulheres decidirem sobre seu corpo e sobre suas vidas e as mortes maternas que os abortos clandestinos acarretam. No Brasil, por exemplo, ainda que seja um crime, estima-se que são realizados, anualmente, cerca de 1 milhão de abortos em clínicas clandestinas, o que torna o procedimento altamente inseguro e o quarto responsável por morte materna, segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda segundo dados oficiais, cerca de 250 mil mulheres são internadas anualmente em hospitais da rede pública de saúde para fazerem raspagem na região do útero após um aborto inseguro. A maioria delas é jovem e pobre. Estes fatos muito freqüentemente servem de respaldo para propostas de ampliação das situações em que o aborto pode ser legalmente realizado e, principalmente, para inserir a interrupção da gravidez na listas dos problemas de saúde pública. Um grupo que tem participado ativamente deste debate é o *Católicas pelo Direito de Decidir* (CDD), com propostas que buscam aprofundar o debate em torno do tema e descriminalizar a interrupção da gravidez.

O que chama a atenção em relação às CDD é o fato de elas serem um grupo católico e defenderem práticas que enunciadores católicos criticam duramente – disseminação dos direitos sexuais e reprodutivos, de uma forma mais ampla, e, especificamente, o aborto legal e seguro. Assim, onde situá-las nesta arena discursiva?

Aparentemente, seria bastante adequado identificá-las como enunciadoras tipicamente laicas, uma vez que a sua luta é “por justiça social, equidade de gênero e por respeito à liberdade e autonomia para todas as pessoas, inclusive para decidir sobre a sexualidade e a reprodução, sem discriminação, coerção ou violência.”. Um enunciado como este, retirado do texto “Anencefalia e as Católicas pelo Direito de Decidir”, é muito semelhante ao que se segue, retirado do volume “Orientação Sexual”, dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

“A Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para implementar suas decisões.” (1997: 293).

Mas, apesar da enorme semelhança e “alinhamento de idéias”, por assim dizer, há uma diferença que parece ser essencial: ao lado da luta por uma implementação sólida dos direitos sexuais e reprodutivos, as CDD lutam, também, e talvez com a mesma veemência, para ser uma organização legitimamente católica e por ser uma voz que representa uma parcela significativa dos fiéis católicos, apesar de defender práticas e ações profundamente contrárias aos dogmas da Igreja. Esta “outra” luta pode ser representada pelos enunciados que se seguem, retirados de artigos disponíveis na página oficial da entidade na internet:

“Como Católicas, e há muitos outros grupos de católicos - de fiéis e de religiosos - que divergem das posições fechadas e intransigentes da hierarquia relativas à liberdade e autonomia, indagamos: Até quando a hierarquia vai negar o desejo de diálogo sobre estes temas?” (*Anencefalia e as Católicas pelo Direito de Decidir*)

“Como mulheres e especialmente como mulheres católicas, não temos motivos para celebrar os 40 anos da publicação da *Encíclica Humane Vitae*. Esta Encíclica se constituiu em um marco de referência da Igreja Católica na sua luta para obstaculizar qualquer política ou avanço relacionado ao

planejamento familiar, à anticoncepção e ao aborto.” (*A Igreja Católica não ouve os fiéis*)

“Podemos dizer no entanto, que as reações mundiais mostrando a insatisfação ou dissidência dos fieis pela publicação desta encíclica [*Humane Vitae*] refletiram uma vez mais o que a hierarquia tanto quer ocultar: A diversidade de idéias, de posicionamento e de vozes ao interior da própria Igreja Católica.” (*idem*)

“A Campanha da Fraternidade de 2008 – cujo tema é ‘Fraternidade e Defesa da Vida’ – vai, mais uma vez, mobilizar a comunidade católica brasileira para uma reflexão a respeito de valores cristãos e nos fará pensar sobre o significado da vida. Pela relevância do tema, é necessário que todas as vozes católicas sejam ouvidas e nós, como *Católicas pelo Direito de Decidir*, sentimo-nos interpeladas a dar nossa contribuição.” (*Manifesto sobre a Campanha da Fraternidade 2008*)

Nestes trechos, as CDD reafirmam o seu pertencimento ao catolicismo, ao mesmo tempo em que questionam a postura da Igreja a respeito de temas ligados especialmente à sexualidade humana. Em termos discursivos, evidenciam a heterogeneidade de discursos que podem ser identificados como católicos, como já nos mostraram diversos trabalhos na área da AD, como, por exemplo, Silva (2006) e Maingueneau (2004).

Em termos estritamente discursivos, a questão que me parece relevante, no atual estágio desta pesquisa, é a de como associar os enunciadores a uma ou outra unidade de análise. Quais critérios para tal associação?

Maingueneau desenvolve uma discussão em torno desta questão em *Unidades tópicas e não-tópicas* (2006). O autor, a partir da constatação da fragilidade e não obviedade da noção de *formação discursiva*, propõe outras unidades de análise, com base em trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no campo da AD. De fato, não raramente, podemos ver diferentes tipos de conjuntos de enunciados sendo designados como formação discursiva (discurso comunista, petista, tucano, evolucionista, de uma determinada revista, de um determinado canal televisivo, etc). Esse uso fluido do conceito – que reúne critérios associados aos gêneros de discurso e critérios associados às posições ideológicas que os enunciadores ocupam – faz com que, muitas vezes, ele se torne um coringa, sendo usado para os mais diversos tipos de corpora e para designar conjuntos de enunciados que foram delimitados segundo critérios absolutamente distintos entre si.

Dentre as propostas feitas neste artigo, parece-me extremamente produtiva a noção de *percurso*, corpus em que não se busca mais espaços de coerência de onde emergiriam enunciados de um determinado tipo, mas unidades de diversas ordem (lexicais, fragmentos de textos, fórmulas, slogans) extraídas do interdiscurso e que circulam em nossa sociedade com usos muitas vezes contraditórios. Segundo Maingueneau, “trata-se, antes de tudo, de explorar uma dispersão, uma circulação, e não relacionar uma sequência verbal a uma fonte enunciativa” (2006: 21).

Assim, ao invés de verificar se os enunciados produzidos pelas CDD obedecem às regras do posicionamento laico ou cristão, o foco de observação passa a ser o modo de circulação de fórmulas como “ser católico”, “sexo seguro”, “o verdadeiro sentido do sexo” ou “defesa da vida” e como enunciadores distintos se apropriam destas fórmulas para discursivizar suas visões de mundo. Aparentemente, estes termos podem condensar uma massa considerável de discursos, mesmo aqueles produzidos por posicionamentos discursivos em confronto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é parte de minha tese de doutoramento, em que busco definir e descrever que espaço é esse de onde emergem discursos tão diversos a respeito da sexualidade humana. Se inicialmente pude identificar duas unidades discursivas em relação polêmica pelo verdadeiro significado da sexualidade humana, a noção de percurso, como proposta por Maingueneau, assim como o conhecimento recente de trabalhos como o de Alice Krieg-Planque (2007) com a fórmula “depuração étnica” no contexto midiático da guerra iugoslava mostraram outros caminhos para lidar com essa enorme massa de textos que falam sobre as práticas sexuais dos indivíduos. O próximo passo é verificar em que medida o trabalho com fórmulas será realmente produtivo para este tipo de corpus.

## REFERÊNCIAS

- CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. Disponível em <http://catolicasonline.org.br>. Acesso em 30 de setembro de 2008.
- CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. *Anencefalia e as Católicas pelo Direito de Decidir*. Disponível em <http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=297>. Acesso em 10 de dezembro de 2008.
- CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. *Manifesto sobre a Campanha da Fraternidade 2008*. Disponível em <http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=103>. Acesso em 20 de setembro de 2008.
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS. Disponível em [http://www.worldsexology.org/about\\_sexualrights\\_portuguese.asp](http://www.worldsexology.org/about_sexualrights_portuguese.asp). Acesso em 15 de agosto de 2008.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. “Fórmulas” e “lugares discursivos”: propostas para a análise do discurso político - entrevista concedida a Philippe Schepens (Céditec, Université Paris XII). Texto original publicado na revista *Sêmen* nº 21, 06, *Catégories pour l'analyse du discours politique*, 2007. Tradução: Luciana S. Salgado e Sírio Possenti. Disponível em [http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista\\_akp.php](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista_akp.php). Acesso em 12 de março de 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique (1984). *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. Unidade Tópicas e Não-Tópicas. In: D. Maingueneau. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti & Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006.
- OROZCO, Yuri Puello. *A Igreja Católica não ouve os fiéis*. Disponível em <http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=282>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Volume 10: Diversidade Cultural, Orientação Sexual*. Ministério da Educação, 1997.
- SILVA, Edvania Gomes. *Os (des)encontros da fé - Análise da semântica global de dois movimentos da Igreja Católica*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.